

Economista da FGV quer política "integrada" para combater pobreza

Renata Batista
Do Rio

Se cada brasileiro que está acima da linha de indigência contribuisse com R\$ 15 mensais seria possível acabar com a fome no Brasil, garantindo uma renda de R\$ 80 mensais para cada miserável. A conta foi feita pelo economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri, e é apenas o ponto de partida do estudo "Mapa de Ativos: Combate Sustentável à Pobreza", divulgado ontem.

Neri defende uma política nacional e integrada, que atue no sentido de eliminar as carências da população no curto prazo ao mesmo tempo em que cria bases para o desenvolvimento.

Ele faz a seguinte conta: seria preciso depositar R\$ 3.000 numa caderneta de poupança (que rende 0,5% ao mês) para garantir os R\$ 15 mensais aos pobres brasileiros. Só que o rendimento da poupança é muito menor que o de outras aplicações financeiras e não financeiras.

Pelos cálculos de Neri, cada ano de educação, aumenta em 16% a renda do trabalhador, ao mesmo tempo que aumenta a empregabilidade. Ou seja, é melhor investir em educação.

"É um santo remédio, mas demora a maturar. Até a criança entrar no mercado de trabalho pode levar uma década e meia", diz.

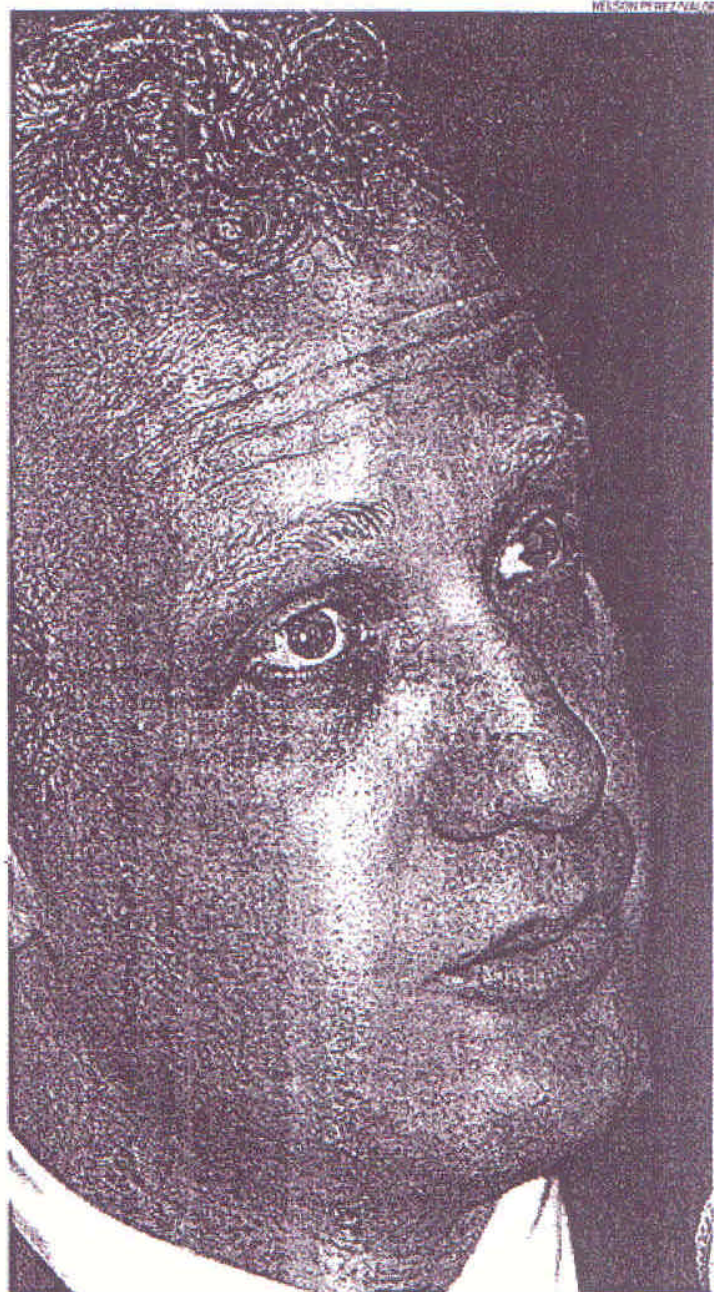
Para Neri, programas como o Bolsa-Escola, embora representem um enorme avanço em relação a políticas assistencialistas, precisam estar integrados a

ações de curto prazo, sem cunho assistencialista, em outros segmentos. Além de políticas de educação voltadas para as crianças, o economista acha que o governo deve desenvolver programas de apoio a economia informal, com o objetivo de regularizar a situação de empresas e trabalhadores e de regularização fundiária, entre outras.

Como exemplo, ele afirma que o lucro de um produtor que tem assistência técnica é 18,4% maior que o daquele que não tem apoio. No caso dos pequenos produtores rurais, o lucro dos cooperativados é 20,4% maior que o dos não cooperativados, mesmo que tenham as mesmas características de educação e acesso a máquinas.

O economista alerta, porém, que tais políticas são mais urgentes na área urbana e que a rural avançou muito em função da política de reforma agrária. "Muitas vezes, o pobre tem riqueza, tem casa, terreno, mas como é informal, ilegal não tem como usá-los para conseguir um empréstimo por exemplo", diz, lembrando que as famílias com pior renda são as que vivem de forma irregular.

Às vésperas de uma nova eleição majoritária, Neri defende o fim do ciclo de eterna pobreza que serve para que alguns municípios consigam atrair recursos que acabam desviados. Na opinião do economista, é preciso desenvolver programas de metas sociais que permitam direcionar os recursos apenas para os municípios que fazem boa gestão deles.



Neri: "As políticas desenvolvimentistas são voltadas para classes mais altas"

"No Brasil, se fala muito no desenvolvimentismo que se contrapõe a a política atual. A verdade é que nem essa discussão nem a história tratam de um desenvolvimentismo para o produtor po-

bre que é pobre de políticas também", afirma Neri.

"Toda as políticas desenvolvimentistas feitas até hoje são voltadas para as classes mais altas", critica o economista.